

LETRAS DE HOJE

N.º 10

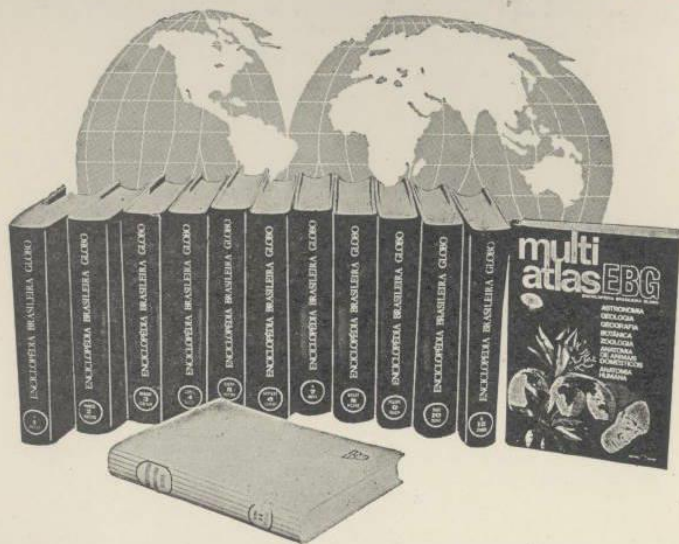
JUNHO DE 1972

Cr\$ 15,00

estudo e debate
de assuntos
da língua portuguesa

PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

o mundo está dividido em doze volumes



Exato. Em doze volumes que totalizam 7 000 páginas e trazem nada menos de 50 000 verbetes.

Você pode perguntar o que bem quiser. Duvidamos muito que a

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA GLOBO

não lhe responda à altura.

Temos uma coleção reservada para Você. (Final, o mundo também lhe pertence, não é verdade?)

Publicação da EDITORA GLOBO - Porto Alegre



letras de hoje

N.º 10 — JUNHO DE 1972

redator responsável:

Irmão Elvo Clemente

pontifícia universidade católica do rio grande do sul
centro de estudos de língua portuguesa

Av. Ipiranga, 6681 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil

sumário

EM BUSCA DA GRAMÁTICA UNIVERSAL: A LÍNGUA LÓGICA	
	Geraldo Mattos 5
NOÇÕES DE FRASEOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO	
	Édison de Oliveira 24
LUIZ RICARDO FURLÂN	
	Prof. Dr. Guillermo De La Cruz Coronado 56
BREVE INCURSÃO NO ROMANCE E NO ENSAIO DE VERGÍLIO FERREIRA	
	João Décio 98
E GRITAR: POETA AO SUL	
	Fausto Cunha 106
A LITERATURA ULTRAMARINA E A CRÍTICA BRASILEIRA	
	Prof. Carlos Alberto Iannone 108
PLENITUDE DE ESTÁGIO POÉTICO	
	Almeida Fischer 113
HOMEM-CAVALO	
	Paulo Fernandes 121
ÓBOLO	
	Carlos Nejar 122
DIRETRIZ	
	Luiz de Miranda 123
OS ACONTECIMENTOS	
	Ozy Pinheiro Souto 125
DA VIDA E DA MORTE	
	Ozy Pinheiro Souto 126
TRANSITÓRIO	
	Luiz de Miranda 127
NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA	
	128
LUÍS DO REGO	
	129
ALGUMAS REFLEXÕES	
	Ir. Elvo Clemente 151

sumário

1	EM BUSCA DA GRAMÁTICA UNIVERSAL: A LÍNGUA LÓGICA
11	NOÇÕES DE NEOLÓGICA PARA O ENSINO MÍNIMO
26	LIJE RICARDO PERLÁN
38	DESVIÍ INCRISO NO ROMANCE E NO ESSAIO DE VIRGÍLIO
104	E GLITAR: NOTIA AO SUL
108	A LITERATURA URUGUAIANA E A CRÍTICA BRASILEIRA
113	PLURALIDADE DE ESTÁGIO POÉTICO
151	INFORMAÇÃO
153	GRIGIO
153	DIRIGIRIS
153	OS ACONTECIMENTOS
156	DA VIDA E DA MORTE
157	STANFORDIO
158	NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA
159	LIJE DO REGO
161	ALGUMAS REFLEXÕES

em busca da gramática universal: a língua lógica

GERALDO MATTOS
UNIVERSIDADE DE CURITIBA

1. Introdução

O mundo comporta uma extrema variedade de meios vocais de comunicação, numa aparente estabilidade. Houve sempre a tentativa de reduzir esse numeroso conjunto a algumas classes fundamentais, observadas as características mais diversas de grupamento. Contudo, ainda dentro de uma mesma classe, os recursos de cada um desses códigos são tão diferentes, que nenhuma regra dada para um pode aplicar-se indistintamente a outro, resultando a convicção da impossibilidade de uma gramática universal.

É claro que existem pontos comuns de uma para outra linguagem, julgados insuficientes, contudo, para qualquer outro aproveitamento, salvo o de que cada grupo social primitivo tenha chegado ao supostamente melhor meio de comunicação, argumento altamente discutível, ou o de que essas características comuns repousem num padrão genético, difícil também de provar.

Mais recentemente um grupo de lingüistas se tem preocupado com gramáticas gerativas, capazes de garantir a aceitabilidade de um produto lingüístico: tal propósito recolocou o problema da gramática universal, embora sem resolvê-lo.

O nosso intuito consiste em estabelecer e provar alguns critérios inerentes a todas as línguas, independentemente de tempo e espaço, deduzidos do próprio objetivo que presidiu ao aparecimento dos vários códigos vocais da humanidade. Pretendemos apontar algumas direções que todas as línguas devem necessaria-

mente tomar, por mais diversas que sejam as pressões que possam advir do meio ambiente. Ainda que de maneira sucinta, queremos introduzir uma técnica única, possível de empregar para a descrição de qualquer das línguas do mundo.

Firmemos inicialmente alguns pontos de partida.

1.1. Necessidade da comunicação.

Admite-se comumente que o homem seja um produto evoluído de alguma espécie anterior. Ainda que se possa negar essa hipótese, aceita-se que o homem seja um animal e, portanto, sujeito aos diversos estímulos comuns ao animal.

Consideremos o estímulo para a reprodução. O animal reproduz-se. Para tanto, surge a necessidade do menor grupo social, ainda que passageiro: chamemo-lo de família. Ainda que se desmanche o grupo do macho e fêmea, persiste por algum tempo outro grupo, proveniente do primeiro: a fêmea e o filhote. Para o estabelecimento e manutenção desses grupos mínimos, há necessidade evidente de comunicação.

Outro estímulo existe na preservação da vida. A procura de alimento e o cuidado com a ninhada exigem novamente atos de comunicação. Este estímulo concorre fortemente para a formação de grupos maiores, já que se torna mais fácil subsistir em meio às dificuldades oferecidas pelo ambiente.

O primeiro estímulo já nos traz um *assunto* para a comunicação: a atração do cônjuge. O segundo nos fornece diversos outros:

- a) a procura do alimento, com a saída do animal e a sua volta, a par da distribuição da caça conseguida entre os de seu grupo mínimo, fêmea e filhotes;
- b) o encontro de alguma morada, onde seja mais fácil a defesa do grupo;
- c) a notícia do aparecimento de inimigos do grupo.

1.2. Escolha do código vocal.

Tanto no homem, quanto nos outros animais, trata-se de um padrão genético, originariamente imposto por conter os maiores recursos.

Existiu outra possibilidade e talvez se tenha tentado o emprego dela, a princípio: o código visual. Os defeitos desse código, creio que se destacam logo de início:

- a) impropriedade para emprego noturno, numa época em que se desconhecia o fogo, entre os homens;
- b) necessidade de estarem os comunicantes face a face.

O código auditivo supre a essas deficiências e impôs-se por isso, com uma consequência importante: a convencionalidade do signo.

Se o código de comunicação se desenvolvesse com base visual, seria possí-

vel, ou mais fácil ao menos, que fosse organizado com figuras. O código auditivo precisou de acordo entre os comunicantes para ligar-se com a situação respectiva em que se empregava: o canto dos pássaros, ou o bramido dos animais, é convencional dentro da espécie.

1.3. Consequência da racionalidade.

No homem, a racionalidade importou no aumento das situações de comunicação e na necessidade de signos vocais mais numerosos.

Dentro da mesma situação, apareceram várias possibilidades de comunicação, impondo-se a necessidade de escolha. Surgiu o aproveitamento de signos mais primitivos, ligeiramente transformados, para atender a essas novas imposições do ambiente: os códigos passaram a ser organizados e evitou-se, desse modo, a sobrecarga da memória.

Explica-se assim que as idéias afins tenham partes sonoras iguais. Citemos o grego, com o início vocabular /k1-/; quebrar (possivelmente o significado primitivo, em base de onomatopéia psicológica), gritar, aclamar, roubar, afugentar, lavar.

A racionalidade concorreu com a segmentação do signo. Indiretamente, reforçou a necessidade da convencionalidade do signo, agora um simples elo numa corrente fônica.

Se uma das características do ser vivo é a defesa da sua integridade em face do ambiente (antientropia inerente ao ser vivo), compreende-se também que a racionalidade levou o homem ao conceito de individualidade, partindo dos dois comunicantes. A consciência da individualidade é uma das maiores consequências, portanto, da racionalidade e vai concorrer, como veremos, para a segmentação da linguagem.

Importa ainda uma palavra sobre o aparecimento da racionalidade. A função simbólica não é privativa do homem: o código de todos os animais é simbólico, porque é vocal. A passagem da reação animal para a reação humana, do instintivo para o inteligente deve ter-se produzido *antes* da linguagem, mas depois do código, e exatamente antes de segmentar-se a linguagem.

A segmentação da linguagem foi a consequência e a primeira prova dessa racionalidade humana.

1.4. Conclusão.

Neste momento, já podemos alinhar alguns tópicos de que falaremos para desenvolver o nosso raciocínio:

- a) Há necessidade absoluta de um meio de comunicação.
- b) Esse meio de comunicação tem base vocal em toda a espécie humana.

- c) Requer aprendizagem, visto que é necessária a convencionalidade do signo.
- d) A segmentação da corrente sonora é inerente a qualquer linguagem.

2. Cláusula: macrossigno lingüístico

Surge um estímulo para a comunicação. Envolvem-se aí alguns elementos mínimos que nos compete depreender:

- a) o emissor, que precisa atender às exigências do estímulo;
- b) o receptor, de que se socorre o primeiro comunicante;
- c) a linguagem manifestada, que é o meio de comunicação entre ambos os comunicantes.

A cláusula lingüística equivale à soma das atividades lingüísticas de um emissor e um receptor numa situação mínima de comunicação. Tomemos um exemplo:

— Venha cá!!

— Já vou.”

Ou ainda:

— Vens cá??

— Já vou.”

Ou, por último:

— Quem vem lá?

— Sou eu.”

O emissor deve empregar um signo, enquanto o receptor pode empregá-lo. No caso de a comunicação se dirigir ao comando de atitudes ou comportamentos, pode acontecer que apareçam apenas essas atitudes ou comportamentos, desacompanhados de qualquer atividade lingüística. Assim, nas duas cláusulas anteriores, o receptor podia simplesmente dirigir-se para o ponto em que estivesse situado o emissor e, com isso, teria atendido ao estímulo do primeiro comunicante sem nenhuma atividade lingüística.

Sucedem também que a cláusula possa realizar-se por atividades extralingüísticas: o gesto, por exemplo. Novamente, o emissor teria que recorrer a um signo, enquanto o receptor podia executar apenas o significado que lhe foi imposto pelo primeiro comunicante. Contudo, não são comuns as situações em que se empregue um signo visual como o gesto; mais fácil é que se juntem os signos e se manifeste a cláusula simultaneamente com base visual e base auditiva. As

limitações impostas ao signo visual constituíram sempre um impecilho para o desenvolvimento de um código coeso e apenas temos possibilidades visuais distintamente marcadas por situações específicas. Por isso, a nossa pesquisa dirige-se unicamente para o código auditivo, devidamente organizado e segmentado.

A cláusula precisa ter, portanto, a parte do emissor: um *comando*. E pode ter a parte do receptor: um *atendimento*.

2.1. Significante clausular.

Ao examinarmos a parte material do signo, a que chamamos *significante*, observamos que nos é possível tratá-lo de dois modos. Em cada um deles, constitui-se um conjunto de elementos, mas se distinguem pelas relações que se estabelecem entre esses elementos.

2.1.1. Conjunto singular.

A cláusula é organizada com uma seqüência rigorosa de unidades sonoras: a *sílaba*. Uma sílaba coloca-se depois de outra, independente da anterior e da posterior:

/A zar ma ziuz ba rõe za ssi na la dos.../

A primeira sílaba /a/ nada tem que ver com a segunda sílaba /zar/, e assim sucessivamente. É um conjunto singular, porque cada elemento é distinto, independente, solitário. Podemos dizer também que se trata de um conjunto *reto*, porque o produto é um alinhamento de sílabas.

A característica do conjunto reto é a ordem fixa, imutável, de seus elementos. A relação que se estabelece entre os diversos elementos alinhados, é de independência: alinham-se elementos independentes. Ao tipo de organização, provindo de alinhamento de elementos independentes, chamamos *construção*.

2.1.2. Conjunto plural.

Se olharmos, agora, para o comando e para o atendimento, veremos que aí aparece uma relação distinta da independência.

Efetivamente, podemos ter um comando e faltar-nos o atendimento: existem perguntas sem resposta e ordens sem obediência. O comando é essencial e independente de atendimento. Por outro lado, só temos atendimento se houver comando; não existem respostas sem pergunta, nem obediências sem ordem. O atendimento é acidental (isto é: existe, porque existiu um comando) e dependente do comando.

Constitui-se, assim, um conjunto plural, porque o elemento essencial e independente arrasta o elemento acidental e dependente. Dizemos também que é um conjunto *redondo*, porque todos os outros elementos se agrupam em torno de um ponto essencial, que é o elemento independente.

Entre os elementos de um conjunto redondo estabelece-se uma relação de dependência; o elemento independente faculta o parecimento do elemento dependente, enquanto a presença do elemento dependente garante a presença do elemento independente. Chamamos *estrutura* ao tipo de organização, provindo do grupamento de elementos dependentes em torno de um elemento independente.

Por analogia com o sistema solar, em que muitos elementos dependem de um elemento central, denominamos de *sol* o elemento independente e de *planeta* o elemento dependente. Uma estrutura é um conjunto de planetas em torno de um único sol.

2.1.3. Permanência do significante.

O significante deve ser um elemento que resista ao transporte do emissor para o receptor: o significante é físico e pode ser percebido sensorialmente por todos quantos tenham o correspondente sentido fisiológico. Assim, um significante auditivo exige que o receptor não seja surdo; um significante visual exige que o receptor não seja cego. O significante pode ser gravado, quando sonoro, ou filmado, quando visual: o significante é *permanente*.

O significante será percebido ainda que o código não seja comum aos presentes, embora o signo correspondente perca a sua característica de signo, por lhe faltar o significado, e o significante se transforme apenas num vestígio de atividade humana.

2.2. Significado clausular.

Também o significado pode ser estudado sob dois aspectos. Em cada um desses exames encontraremos elementos que se combinam diversamente, numa analogia completa com o que aconteceu com o significante.

2.2.1. Construção do significado.

O emissor foi levado ao ato de comunicação por um estímulo. Assim, a cada cláusula corresponde um objetivo do emissor e a atividade lingüística do emissor é apenas um meio de satisfazer a essa necessidade.

Por outro lado, o receptor atende à necessidade do emissor, e nunca gratuitamente. Também o receptor possui um objetivo, embora consista somente no reconhecimento do que fez.

Esses dois objetivos são independentes um do outro e constituem, por isso, um alinhamento de objetivos: a construção do significado.

2.2.2. Estrutura do significado.

Entendemos o significado de um signo como uma associação do significan-

te com uma situação correspondente da cultura. Passa a ser signo, por ganhar significado, o significante que se combina com uma situação.

Reparamos logo que o significado é um conjunto redondo, porque a situação pode existir sem significante, mas o significante não pode existir sem a situação correspondente. O significado é uma estrutura.

A mudança da situação transtorna por completo o significado. Pensemos em dois exemplos em que apareça o mesmo significante.

Na primeira situação, os dois rapazes estão à frente de um armário e um diz para o outro:

“— Vá comprar o chapéu, que eu o espero!!”

Na segunda situação, os dois rapazes estão à frente de duas portas; uma delas tem desenhado um chapéu, enquanto outra lhes mostra uma bolsa. Um dos rapazes se dirige ao outro:

“— Vá comprar o chapéu, que eu o espero!!”

2.2.5. Aprendizagem lingüística.

É preciso passar pela experiência de associar significante e situação para aprendermos o signo. Acontece com a criança, a quem se diz:

“— Levante o braço!!”

Depois de inúmeras tentativas, a criança associa aquele significante a uma situação tal que lhe propicia os agrados maternos. O agrado materno é, no caso, o objetivo do receptor. Mais tarde, há de escutar:

“— Levante o pé!!”

Ao primeiro momento, a criança levanta o braço e sente que falhou alguma coisa, porque não veio o costumeiro agrado. Com outras tantas tentativas, terá bom sucesso e receberá a desejada recompensa.

Com o segundo comando apareceu uma segunda técnica de aprender: a comparação, que lhe permite observar que as igualdades de dois significantes correspondem a igualdades de duas situações (levante o...) e as diferenças de dois significantes se associam a diferenças de duas situações (braço / pé).

A comparação de significantes e situações introduz a análise do signo e capacita o receptor a encontrar o significado dos elementos que não se refletem concretamente na situação. Assim, por exemplo:

“— Veio ao mercado.”

“— Veio do mercado.”

Há dois elementos diferentes: /a/ e /d/. Correspondem às diferenças das situações assinaladas acima.

2.2.4. Imanência do significado.

O significado nunca é entendido à primeira vista ou à primeira escuta. É preciso que tenha havido previamente uma experiência de associação entre o significante e a situação correspondente; depois de memorizada, a associação pode sempre refazer-se ainda com a falta da situação no momento específico da comunicação.

O significado está como que escondido: está *imane*nte no signo.

2.3. Signo clausular.

O signo tem um significante, que é permanente, e um significado, que é imane

nte. Possui dois elementos indissolúveis, porque a falta do significante importa na perda do significado e a falta do significado acarreta a destruição de signo, passando o significante a mero vestígio de atividade humana.

Não existe significante sem significado (primeira dependência), nem significado sem significante (segunda dependência). A relação entre o significante e o significado é, pois, de *codependência*.

Ao nível da cláusula, combinam-se também uma construção (o significante como todo) e uma estrutura (o significante associado a uma situação). A cláusula é uma construtura: um conjunto que pode ser examinado sob dois pontos de vista (o de sua construção e o de sua estrutura, uma cons [trução-es] trutura).

2.3.1. Construtura do significante.

O significante tem uma parte permanente: a sua construção, que é um alinhamento de sílabas. Possui também uma parte imane

nte: a sua estrutura, que é um conjunto redondo em que um planeta (o atendimento) se associa ao sol (o comando).

A parte permanente do significante é percebido por todos os presentes ao ato de comunicação; a parte imane

nte só alcançam aqueles dentre os presentes que já tiveram a experiência prévia daquela associação específica de um atendimento e um comando.

Com isso, o significante pode ser analisado sob dois critérios: o de sua construção e o de sua estrutura. O significante é uma construtura.

A construtura do significante é uma característica fundamental do código humano de comunicação. Entre animais da mesma espécie, o significante é sempre apenas uma construção.

2.3.2. Construtura do significado.

O significado se produz por uma associação do significante e situação; aparece aí uma dependência e se constitui uma estrutura. A essa estrutura se chama *assunto*. O assunto é a parte imane

nte do significado e só pode ser compreendido por aqueles que conheçam previamente a associação correspondente.

Contudo, dentro de cada situação aparecem muitos vestígios ou indícios que nos podem dar uma idéia sobre o significado. O objetivo do emissor também consta da situação e pode ser descoberto facilmente. Ao objetivo do emissor, somado ao objetivo do receptor que lhe responde, chamamos *tema*.

Enquanto o assunto é compreendido apenas por quem conhece o código, o tema alcança mais diretamente o receptor. Imaginemos alguém pendurado à beira de um abismo. O tema é um *pedido de socorro*; o assunto pode ser diverso:

— Socorro!!

— Deus me valha!!

— Não fique olhando para mim, feito besta!!

— Puxe-me para cima!!

— Depressa, que eu não agüento mais!!

Pouco importa, a língua que falem esses comunicantes: o receptor entenderá o tema, mas deixará de perceber o assunto, se o código não for comum a ambos. O tema é, portanto, a parte permanente do significado. Como parte permanente é construção e alinha dois objetivos independentes: o do emissor e o do receptor.

Assim, também o significado é uma construtura, em que o tema é construção e o assunto é estrutura.

3. Morfema: microsigno lingüístico

A comparação de significantes parcialmente iguais vai permitir-nos a análise do signo até os seus últimos componentes. O microsigno será a menor construtura lingüística e deve obter-se por análises consecutivas do macrosigno, que é a cláusula.

No código dos animais, o macrosigno e o microsigno coincidem: o macrosigno é a primeira e a última construtura. No código humano, tamanha restrição não comportaria a satisfação das nossas necessidades, que, por menores que sejam num grupamento primitivo, ainda assim superam infinitamente as de qualquer grupamento animal.

Sabemos que se trata do microsigno, quando o significante nos apresentar apenas uma construção por alinhamento de fonemas. É uma construtura porque, além da construção do significante (um alinhamento de fonemas), tem ainda a estrutura do significado, que o mesmo significante associado a um recorte específico de uma situação. O significado desse microsigno também é um ponto final informativo, porque não possui objetivo.

Um conjunto de microssignos, tecnicamente um conjunto de morfemas, há de produzir uma estrutura, em que um deles é essencial e os outros são acidentais: a estrutura constituída por um conjunto redondo de morfemas chama-se vocábulo.

A língua de qualquer grupamento humano há de ter, assim, ao menos três níveis estruturais:

- a) A cláusula, constituída de períodos.
- b) O período, constituído de vocábulos.
- c) O vocábulo, constituído de morfemas.

Como decorrência da racionalidade, vimos que o homem chegou a noção de indivíduo que participa da comunicação. Por esse motivo, cada um dos períodos dos comunicantes ainda deve ser necessariamente uma construtura: além de uma carga informativa, sempre pode aparecer — e em qualquer língua — a figura do ouvinte e, portanto, o destino a que visa essa carga. Exemplifiquemos com a língua portuguesa:

“— Agora?? — Carga que vai para o receptor.

“— Agora. — Carga que vai para o emissor.

Em cada um dos casos, o período nos apresenta o elemento essencial, que é a carga informativa. Em cada um dos casos, porém, cabia a presença do destino dessa carga:

“— Agora, pai??

— Agora, filho.”

Esta necessidade de ser o período ainda uma estrutura faz com que seja organizado com *fat*os: o fato é o elemento do período. Nos períodos supramencionados, temos dois fatos; fiquemos apenas com o período de comando:

- a) o primeiro fato: “Deve acontecer agora??”
- b) o segundo fato: “Eu falo com meu pai”.

4. Recursos clausulares

Compete-nos, agora, deduzir todos os recursos que encontramos na cláusula e provar que se aplicam de alto a baixo na linguagem.

4.1. Princípio de correspondência.

O atendimento deve corresponder ao comando. Ocorre este caso de comunicação, por exemplo:

“— Venha!!

— Já vou.”

Se representarmos o movimento imposto pelo período do emissor, teremos uma flecha que se dirige do receptor para o emissor; se representarmos o movimento do período manifestado pelo receptor, teremos novamente uma flecha que se dirige do receptor para o emissor. Concluimos que, pela própria consistência da comunicação (busca de atendimento), os dois períodos devam ser correspondentes numa ordem de um a um, em caso positivo, e numa ordem de um contra um, em caso negativo. Assim podemos ter:

“— Venha cá!!

a) — Sim.”

b) — “Não.”

“— Vens cá??

a) — Sim.”

b) — “Não.”

“— Quem vem lá?

a) Alguém.”

b) “Ninguém.”

Chamamos *sinonímia* à correspondência de um a um e *antonímia* à correspondência de um contra um.

Por serem correspondentes, o comando e o atendimento pertencem ao mesmo nível e constituem signos da mesma espécie, a que podemos chamar *períodos*: o comando é o período do emissor e o atendimento é o período do receptor. O conjunto das cláusulas gera o *diálogo*.

Resumindo a nomenclatura que introduzimos, vemos:

— Venha cá!!	— Comando:	período.	cláusula.
— Já vou.	— Atendimento:	período.	

— Venha cá!!	sinonímia.
— Já vou.	

— Venha cá!!	antonímia.
— Não vou.	

Esse princípio gera um processo para constituir estruturas mínimas, a que chamamos subordinadas. Consideremos esta cláusula:

“— Quem comanda o Colégio Militar de Curitiba? — Período do emissor.

— O Comandante do Colégio Militar de Curitiba.” — Período do receptor.

Como o período do emissor e o do receptor são sinônimos, nada impede que se troque o segundo pelo primeiro:

Todos conhecem *quem comanda o Colégio Militar de Curitiba*.

O período grifado — e é o período de um possível emissor — desceu para uma estrutura menor. Outro exemplo, para maior clareza:

— Quem anda apressado?

— Algum apressado."

Reparem, novamente, que podemos substituir um por outro:

Estas coisas acontecem a *algum apressado*.

↓

Estas coisas acontecem a *quem anda apressado*.

4.2. Princípio do dualismo.

O dualismo lingüístico, adotado por muitos pesquisadores, tem sua origem na cláusula. Foi estendido sem comprovação aos demais fatos lingüísticos, porque os pesquisadores deixaram de compreender a relação de dependência que há entre comando e resposta.

Contudo, é de extrema importância esse dualismo, porque nos explica de imediato a idéia de positivo e negativo (a correspondência positiva e a negativa) e nos permite abstrair a idéia de neutro: nenhuma das correspondências, ou a falta do atendimento.

O dualismo se intui por serem dois os comunicantes e duas as possibilidades de atendimento. A primeira consequência é que todas as línguas trabalham com esse dualismo: uma origem e um destino (isto é: um emissor e um receptor, no espaço ou no tempo). Assim, todas as línguas necessariamente devem ter a relação de antonímia: mau (origem) e bom (destino), não (origem) e sim (destino).

A Antropologia tem aqui uma pista para muitas conclusões sociológicas. A mais interessante é que, como a origem se abandona, é indesejada e, frequentemente, não tem morfema próprio: descontente (origem) e contente (destino), infeliz (origem) e feliz (destino). Verifica-se que é própria do homem, assim, a procura do futuro; provavelmente, uma cultura muito preocupada com o passado deveria ter o inverso: triste (origem) e destriste (destino).

4.3. Princípio de trajeto significativo.

A idéia de trajeto depreende-se da cláusula: uma carga parte do emissor e alcança o receptor. Nesse caso, o emissor é um ponto de partida, ou uma origem, enquanto o receptor é um ponto de chegada, ou destino. Ambos pertencem ao campo espacial.

L. 2

O trajeto impôs-se como forma do significado de alto a baixo nas estruturas lingüísticas:

a) Construtura lingüística do período:

Venham para cá, meninos, disse o pai!

Carga Destino Origem

Vinha a tempestade, a casa desabou, matando os moradores.

Origem Carga Destino

O primeiro período apresenta um trajeto no espaço, enquanto o segundo nos mostra um trajeto no tempo. O primeiro requer a presença dos comunicantes, essenciais para a comunicação, e existe, por isso, em todas as línguas.

O segundo é do aparecimento mais tardio. Trata-se de uma estrutura recente, que substitui o alinhamento intuitivo, e mais primitivo, por isso:

A tempestade veio. A casa desabou. Os moradores morreram.

b) Construturas intermediárias.

Entre o nível do período e o nível do vocábulo, obrigatórios em todas as línguas, o Português possui dois outros níveis. Ambos demonstram o significado através da forma de trajeto. Tomemos uma oração, um dos tipos de sentença portuguesa:

O menino saiu do quarto para a rua.

Carga Fato Origem Destino

É por esse motivo que duas orações, aparentemente distintas, podem ser equivalentes:

Eva deu uma maçã a Adão.

O F C D

Adão recebeu uma maçã de Eva.

D F C O

A carga é a mesma: uma maçã; a origem é a mesma: Eva; o destino é o mesmo: Adão. Em consequência, o trajeto é o mesmo e o significado igual.

Acontece o mesmo na segunda construtura intermediária do Português: a locução, elemento da sentença. Vejamos apenas um exemplo:

A passagem das tropas de uma a outra rua ofereceu um lindo espetáculo

F C O D

a todos.

Se comparamos o trajeto da oração (as tropas passaram de uma a outra rua) com o de uma locução correspondente (passagem das tropas de uma para outra rua), concluímos que daqui se tira a idéia de que a identidade pode manter-se através de formas diferentes: tanto a oração, quanto a locução, possuem a mesma carga, a mesma origem e o mesmo destino; possuem, portanto,

uma identidade. Esta identidade nos traz a idéia de valor, necessário para o cálculo lógico, ou matemático.

De propósito escolhemos orações em que aparecem os elementos próprios do trajeto: carga, origem e destino, conjugados ou resumidos num fato. Contudo, o trajeto completo apresenta um elemento a mais, a que chamamos *assistente*: alguma coisa presente ao desenvolvimento do trajeto. Com um exemplo:

Alguém levou algo de algum ponto para outro ponto.

A F C O D

Trata-se de algo presente. Qualquer idéia sobre atividade ou passividade desse ocupante torna-se impossível de provar à vista destas possibilidades, existentes em qualquer língua:

O menino levou algo de ... para ...

A raiva

A necessidade

Uma hora de trabalho

Uma ordem superior

c) Construtura lingüística do vocábulo.

Em língua portuguesa, o vocábulo é sempre um trajeto parcial, por haver dois outros intermediários. Alguns exemplos:

Grit ar.

C F

A tras ar.

D F

É curioso que, se acrescentarmos o elemento do trajeto, presente nessas locuções, ao trajeto de uma sentença, ambos devem conferir. Assim, o vocábulo *gritar* tem dentro de si uma carga; se fizermos uma sentença com esse vocábulo e colocarmos uma outra carga, esta outra carga tem que ser um *grito*:

Gritar um insulto para alguém.

F C D

O vocábulo *insulto* equivale ao vocábulo *grito*. O insulto é um *grito*.

5. Presença da Lógica Simbólica

Houve um tempo em que a gramática se dizia lógica. Houve outro tempo em que essa idéia foi tida como um grande contratempo. O nosso pensamento é que existe lógica — humana, é claro! — porque existe linguagem: uma lógica partida da linguagem e fundamentada nela.

O filósofo sempre alerta os leitores contra os erros da linguagem. É um engano, contudo. A linguagem é lógica, os falantes é que nem sempre são lógicos! E a linguagem não pode responder pelos erros exclusivos do falante que a não sabe manejar logicamente.

Não é, entretanto, propósito nosso desenvolver aqui uma lógica provinda exclusivamente da linguagem. Pretendemos apenas apontar alguns axiomas da lógica que se aplicam na linguagem, mostrando que repousam sobre um raciocínio permitido pela linguagem e comprovado pelos fatos.

5.1. Sinonímia.

Já vimos o princípio da correspondência, que constitui dois sinônimos: o período do emissor e o período do receptor. Este princípio repousa sobre a lei da identidade (lei de Leibniz): $A = B$.

Lingüísticamente, diríamos que A é igual a B, se ambos forem mutuamente substituíveis em todos os ambientes. Desta hipótese decorre a transitividade dessa relação: $B = A$.

Por serem iguais e, assim, comutáveis (isto é: mutuamente substituíveis), é possível empregar o primeiro período (o do emissor) em lugar do segundo elemento (o período do receptor).

O princípio da correspondência, encontrado na cláusula e desde logo intuído pelo homem, é responsável por todo o raciocínio lógico, porque nos fornece as duas idéias fundamentais de igualdade e desigualdade: a correspondência positiva é uma igualdade; a correspondência negativa é uma desigualdade.

5.2. Conjunto e classes.

Se a matemática moderna repousa sobre a teoria dos conjuntos a Lógica necessita da teoria dos conjuntos e sobre ela levanta todo o prédio dos seus teoremas. A linguagem é que nos oferece o mais antigo conjunto de elementos, dentro do qual aparecem as classes de elementos:

Meninos	adoram	doces.	— Conjunto de três elementos.
Crianças	querem	brinquedos.	
Gatos	perseguem	ratos.	
Classe	Classe	Classe.	

Os elementos de uma classe encontram-se partindo da cláusula:

— Quem foi?

— Alguém”:	eu.	
	tu.	
	ele.	Classe de elementos.
	nós.	
	vós.	
	eles.	

5.3. Verdade cultural e transcultural.

O próprio conceito de verdade, fundamental para a Lógica, se retira de dentro da linguagem.

Cada fato tem duas possibilidades, reveladas pela cláusula:

“— O menino saiu?”

a) — Sim.

b) — Não.”

A correspondência positiva equivale a uma cláusula, em que o comando deve ser: O menino saiu. A correspondência negativa equivale a outra cláusula, em que o comando deve ser: O menino ficou. Um fato é verdadeiro ou falso, na dependência de ter acontecido, ou não.

Dois fatos são verdadeiros ou falsos, se puderem encaixar-se num trajeto. Consideremos estes dois:

A canoa virou. Os remadores caíram na água.

Fato A Fato B

Encaixados num trajeto, teremos:

Se a canoa virou, os remadores caíram na água.

Origem Carga

Como o fato A é necessariamente anterior ao fato B, o fato A é a origem do fato B. Trata-se de uma verdade em todas as culturas: é uma verdade transcultural.

Outro exemplo:

Está de saia. É mulher.

Fato A Fato B

Ou, no trajeto:

Se está de saia, é mulher.

Origem Carga

O fato A é anterior ao fato B: o fato A é a origem do fato B. Cuidado com a precisão da linguagem; eu não disse que a saia é anterior à mulher; disse que o fato A depende do fato B. Trata-se de uma verdade cultural.

A verdade transcultural é a base das ciências.

Comprova-se a verdade do trajeto (conjunto de fatos) pela transitividade:

Se os remadores caíram na água, a canoa virou. — Falso.

Se é mulher, está de saia. — Falso.

Dois noções importantíssimas resultam deste conceito de trajeto: a origem é uma condição e o destino é uma consequência. Consideremos as duas possibilidades:

Desabando, a casa matou os moradores.

Origem

|

Condição.

A casa desabou, *matando os moradores.*

Destino

|

Consequências.

Percebemos com muita facilidade que todo o processo de argumentação decorre deste enfoque.

5.4. Igualdade lingüística.

A igualdade se gera na cláusula: a correspondência positiva. O aproveitamento da igualdade lingüística chama-se *metáfora*. Comprovemos:

a) Se é naufrágio, é desgraça.

b) Se é a vida, é desgraça.

c) Portanto, a *vida* de F. de Tal é um *naufrágio*.

A lei da identidade nos explica o fenômeno:

A = C

B = C

A = B

A metáfora é a origem da comparação. O povo primitivo identifica; mais tarde é que compara. Os elementos de uma comparação aparecem todos no raciocínio da metáfora.

5.5. Desigualdade lingüística.

A desigualdade também se gera na cláusula: a correspondência negativa. Aparece também no trajeto: a origem é anterior à carga e, portanto, diferente da carga. O aproveitamento lingüístico da desigualdade pode constituir *metonímia* ou *sinédoque*.

A metonímia emprega o fato anterior pelo posterior:

a) Se há sol, há calor.

b) Portanto, “tem medo do sol”.

Ou ainda:

a) Se há saia, há mulher.

b) Portanto, "gosta um bocado de saia".

A sínédoque emprega o fato posterior pelo anterior:

a) Se há mar, há sal.

b) Portanto, "o navio corta o sal desconhecido".

Ou ainda, com o primeiro raciocínio já exposto:

a) Se há sol, há calor.

b) Portanto, o calor levantou-se no horizonte.

6. Conclusão

Procuramos destacar, ao longo desta monografia, alguns princípios que nortearam o desenvolvimento da linguagem. Deduzidos de elementos inevitáveis, porque pertinentes à própria comunicação, alcançam a qualquer língua e permitem ao lingüista chegar a uma gramática universal.

Tentemos resumi-los aqui:

6.1. O macrosígnio é sempre uma cláusula, em todas as línguas.

6.2. O microsígnio é sempre um morfema, em todas as línguas.

6.3. Todas as línguas possuem ao menos três níveis construturais: cláusula, período e morfema.

6.4. Os níveis inferiores à cláusula são organizados com processos decorrentes da própria cláusula:

6.4.1. Independência de elementos, gerando uma construção.

6.4.2. Dependência de elementos, gerando uma estrutura.

6.4.3. Codependência de elementos, gerando uma construtura.

6.5. A própria Lógica Simbólica partiu de idéias intuídas na cláusula e permitidas pela linguagem.

6.5.1. A noção de verdadeiro e falso por adequação à realidade.

6.5.2. A noção de argumento pela seqüência de fatos, observável no trajeto do período.

6.5.3. A noção de igualdade e desigualdade, através da correspondência positiva ou negativa da cláusula.

6.5.4. A noção de conjunto e classe, pela observação da coesão de uma estrutura e das possibilidades de comutação nessa mesma estrutura.

6.5.5. A noção de manutenção de identidade através de múltiplas formas, essencial para a ciência.

Nesta altura do nosso raciocínio, compreendemos que da linguagem se derivam todos os feitos humanos em qualquer campo, seja da ciência ou da arte, porque foi através da linguagem que se adiantou o pensamento humano, capaz de gerar as maravilhas do presente. Entendemos, assim, que a linguagem é a única criação humana, verdadeiramente assombiante e quase divina.

E só dentro desta interpretação podemos também compreender o alcance máximo das palavras do Evangelista:

— No começo, era o Verbo e o Verbo era Deus.